Relatório de Gestão GRACE 2017

grace

O GIRO 2017 ESTEVE NO PARQUE ECOLÓGICO DO FUNCHAL.

Índice

1	**MENSAGEM DA DIREÇÃO** Compromissos para o triénio 2015-2017	4
2	**O GRACE EM 2017**	6
3	**GOVERNANCE** Assembleias Gerais, Conselho Consultivo, Parcerias Públicas, Nacionais e Internacionais	10
4	**PROJETOS PRIORITÁRIOS DEFINIDOS NO PLANO DE AÇÃO PARA 2017**	14
5	**ATIVIDADES NÃO REALIZADAS**	18
6	**ATIVIDADES REALIZADAS NÃO PREVISTAS EM PLANO DE AÇÃO**	18
7	**MOVIMENTO ASSOCIATIVO**	19
8	**ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**	20
9	**RISCOS E INCERTEZAS**	23
10	**FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO**	24
11	**EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO**	24
12	**ÓRGÃOS SOCIAIS, TRIÉNIO 2015-2017**	25
13	**EQUIPA TÉCNICA**	25
14	**ASSOCIADOS**	26
15	**AGRADECIMENTOS**	27

1

Mensagem da Presidente

Caros Associados,

Conforme legislação em vigor e Estatutos do GRACE, vimos, em nome da toda a Direção e na qualidade de Presidente desta Associação, submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2017.

Em final de mandato de Órgãos Sociais, a Direção cessante procurou cumprir os compromissos estabelecidos para o triénio, tendo em conta o plano de ação, as recomendações do Conselho Consultivo bem como o alinhamento com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelas Nações Unidas. Pese embora a evolução favorável do contexto económico, a verdade é que as desigualdades e profundas carências sociais permanecem. O GRACE e os seus Associados estão atentos a esta circunstância e assumem, cada vez mais, a sua responsabilidade para com a Comunidade e o tecido social nacional.

Apraz-me partilhar que, num ano de intensa atividade, conseguimos levar a cabo as iniciativas planeadas, sem descurar o apoio personalizado aos 160 Associados que connosco trabalham na promoção da Responsabilidade Social dentro e fora de suas casas. Aproximámos as Entidades da Economia Social às nossas Empresas através das Ideias Cruzadas, partilhámos conhecimento com os Municípios com os workshops formativos Como Investir na Comunidade e Como Mobilizar as Empresas para Projetos Sociais, levámos as melhores práticas de RSC às Universidades com o projeto Uni.Network, e refletimos com os Associados em Encontros Temáticos e Grupos de Trabalho, entre tantos outros projetos.

A missão não acaba aqui. Para o triénio que agora começa, esta nova Direção dará continuidade às iniciativas em curso e responderá às necessidades dos Associados do GRACE para que Portugal seja, no futuro, considerado um exemplo no que à Responsabilidade Social Corporativa e Sustentabilidade diz respeito. Contamos convosco!

Margarida Couto

Presidente do GRACE em representação
da Vieira de Almeida & Associados

2

Compromissos para o triénio 2015/2016/2017

Cumprir

os estatutos, a missão e as Linhas de Orientação Estratégica.

Ligar

Empresas, setores e stakeholders.

Crescer

Aumentando o número de Associados, a atividade e a área geográfica abrangida e fortalecendo a ligação junto dos atuais Associados.

Diversificar

De abordando novos temas relacionados com a Responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável.

Promover

A sustentabilidade de forma transversal, em todas as áreas da vida portuguesa.

O GRACE em 2017

160 Associados

9 Reuniões e Iniciativas com entidades internacionais

6 Encontros Temáticos e Ideias Cruzadas

9 Eventos, audiênciase reuniões com entidades governamentais e públicas

4 Publicações

89 Apresentações e intervenções em Associados, Parceiros, Entidades Académicas e Economia Social

41 Parcerias Públicas, Nacionais e Internacionais

3 Grupos de Trabalho

Estatuto de Utilidade Pública

Na qualidade de membro da Aliança ODS Portugal desde 2016, o GRACE desenvolveu o seu plano de ação alinhado com a estratégia das Nações Unidas, comprometendo-se a sensibilizar Empresas Associadas, Parceiros, Academia e Ensino Secundário, para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ODS e o GRACE

ALIANÇA OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTUGAL

1.

Erradicar a Pobreza

2.

Erradicar a Fome

3.

Saúde de Qualidade

- Et "RSC no Setor Farmacêutico"

4.

Educação de Qualidade

- Uni.Network

5.

Igualdade de Género

- Carta Portuguesa para a Diversidade
- Novos Líderes
- ET "RS, Emprego e Deficiência"

6.

Água Potável e Saneamento

7.

Energias Renováveis e Acessíveis

8.

Trabalho Digno e Crescimento Económico

- Novos Líderes
- Uni.Network
- Carta Portuguesa para a Diversidade

9.

Indústria, Inovação & Infraestruturas

10.

Reduzir as Desigualdades

-Carta Portuguesa para a Diversidade
- GIRO
- Ideias Cruzadas
- ET "RS, Emprego e Deficiência"

11.

Cidades e Comunidades Sustentáveis

- Voluntariado em Família
- RSE de Sucesso
- GIRO

12.

Produção e Consumo Reponsáveis

13.

Ação Climática

- GIRO
- Voluntariado em Família

14.

Proteger a Vida Marinha

15.

Proteger a Vida Terrestre

- GIRO
- Voluntariado em Família

16.

Paz, Justiça e Instituições Eficazes

- Carta Portuguesa para a Diversidade
- Parceriaas Internacionais
- GT Entidades Públicas
- GT RSI
- Ficha Set. Sociedades de Advogados
- Ficha Set. Instituições Financeiras

17.

Parcerias para a implementação de esforços

- Ideias Cruzadas
- E.T. Transfronteiriço
- RSE de Sucesso
- CIC e CMEPS
- Parcerias Internacionais

A ASSEMBLEIA GERAL DE MAIO REALIZOU-SE EM CASA DO ASSOCIADO EURONEXT LISBON.

EM NOVEMBRO, NA MLGTS DECORREU A ELEIÇÃO DE NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS.

A GALA DA CARTA PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE TEVE LUGAR EM NOVEMBRO.

EM ABRIL, RUMÁMOS NOVAMENTE AO PORTO PARA MAIS UMA EDIÇÃO DE RSE DE SUCESSO.

O ENCONTRO TRANSFRONTEIRIÇO, EM PARCERIA COM A FORÉTICA, TEVE LUGAR EM BADAJOZ.

EM MARÇO, ASSINÁMOS PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO.

3

Governance

Assembleias Gerais, Conselho Consultivo, Parcerias Públicas, Nacionais e Internacionais

A 10 de Agosto de 2017, foi oficialmente reconhecido pela Presidência do Conselho de Ministros, o Estatuto de Utilidade Pública do GRACE, nos termos do Despacho 6925/2017, publicado em Diário da República 2ª Série, nº 154.

De acordo com os Estatutos, foram realizadas 2 Assembleias Gerais. A primeira - em 19 de Maio, na Euronext Lisbon, tendo como ponto de agenda a Apresentação e Aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2016 - contou com 64 presenças de 59 Associados. A segunda, em 22 de Novembro, teve lugar no Associado Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados tendo como pontos de agenda a Aprovação do Plano de Atividades para 2018 e respetivo Orçamento anual propostos pela Direção e a Eleição dos membros da respetiva Mesa, da Direção e do Conselho Fiscal para o triénio 2018/2020, tendo contado com 71 presenças de 62 Associados.

Em 26 de Janeiro, na Atmosfera m, em Lisboa, o Conselho Consultivo do GRACE reuniu, contando com a seguinte ordem de trabalhos: Balanço 2016, Linhas de Orientação Estratégica e Plano de Ação 2017 e Recolha de contributos e tendências de RSC. Com a presença de 8 Conselheiros e da Presidente da Direção, o Conselho efetuou as seguintes recomendações: Abordagem a outros setores de atividade e associações empresariais locais; Desenvolvimento de programas de literacia do mar e das temáticas europeias de RSC e ambiente. Foi ainda recomendado continuar o trabalho junto da Academia para impactar os jovens nestas temáticas, não esquecendo questões de sustentabilidade ambiental, nomeadamente as relativas às emissões de carbono (neutros carbono em 2050), bem como o desafio para as empresas da transposição da Diretiva do "Reporte não financeiro". Relembraram também a temática do Ano Europeu do Património Cultural (2018), considerando a oportunidade para as empresas apoiarem projetos de reabilitação urbana e disponibilizaram-se para estabelecer pontes com entidades que possam constituir parcerias em áreas de desenvolvimento do GRACE.

Participámos em reuniões com entidades Governamentais, como as Câmaras Municipais de Cascais, Estarreja, Faro, Gondomar, Oliveira de Azeméis, Ourém e Póvoa de Lanhoso; bem como com a Área Metropolitana do Porto, DGAE, Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Segurança Social.

No que diz respeito a representação, em 2017 o GRACE teve a honra de integrar a Comissão Consultiva do Programa Gilead GÉNESE; a Comissão Executiva da Carta Portuguesa para a Diversidade; a Comissão Executiva da PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados; a Comissão de Honra Literacia 3D (do Associado Porto Editora); o Conselho Consultivo do GOVINT – Fórum para a Governação Integrada; o Conselho Institucional da Nobre Casa de Cidadania (do Associado Nobre); o Conselho Público do Pavilhão do Conhecimento; o Grupo de Peritos para a elaboração da Agenda de Investigação e Inovação, sob o tema Inclusão Social e Cidadania, da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Júri do Prémio Missão Continente 2017. A Associação foi ainda parceira de divulgação do Fundo REVITA, iniciativa governamental de apoio para as vítimas dos incêndios, e do Selo da Entidade Empregadora Inclusiva, iniciativa do IEFP. O GRACE foi igualmente convidado a integrar a Comissão Temática para as Políticas Sociais e de Família, do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade e Segurança Social, promovido pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social. Formalizámos igualmente o apoio ao Consórcio, liderado pelo Associado GET2C em parceria com o Associado

REALIZÁMOS 3 EDIÇÕES DAS IDEIAS CRUZADAS, DANDO A CONHECER 12 PROJETOS DA ECONOMIA SOCIAL.

J. Walter Thompson, no concurso público lançado pelo Estado Português, através do Fundo Ambiental para a elaboração do Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

No âmbito da Carta Portuguesa para a Diversidade, cuja Comissão Executiva o GRACE integrou, foi promovido o Encontro Internacional sobre Visibilidade e Inclusão LGBTI no mercado de trabalho, a 9 de Maio, na Atmosfera m; o I Fórum Nacional para a Diversidade decorreu no ISCTE a 22 de Maio; e a I Gala da Carta Portuguesa para a Diversidade, em 10 de Novembro, em casa do Associado Atlântica Higher Institution, onde se procedeu à entrega dos Selos da Diversidade. O GRACE participou igualmente na reunião com a Carta da Diversidade da República Checa que teve lugar no dia 8 de Maio.

Enquanto membro da Aliança ODS Portugal, o GRACE participou na comemoração do 1º Aniversário da Aliança a 20 de Janeiro, promoveu igualmente uma sessão de sensibilização dedicada à temática num estabelecimento de ensino na Póvoa de Lanhoso a 23 de Maio. Participámos ainda na Conferência inaugural do Greenfest, no dia 28 de Setembro, dedicada ao tema "O papel dos cidadãos e as empresas na execução dos ODS 2030" e desenvolvemos, com Virgílio Varela, o Workshop "Trabalho colaborativo e partilha", promovido pela Câmara Municipal de Oeiras no âmbito do Programa Oeiras Solidária a 7 de Dezembro. Por ocasião do Workshop "Humor na Liderança", integrado no programa Novos Líderes para a Cidadania Empresarial, o GRACE celebrou o seu 17º aniversário no Porto, na Atmosfera m, contando com a presença de 12 Associados.

Relativamente às Parcerias Nacionais, demos continuidade às ligações anteriormente estabelecidas com a ACEGE, AEP, AESE, AHP, AIP, Aliança ODS, APEE, Cáritas, Clip, CPV, Consórcio Maior Empregabilidade, EAPN, Entrajuda, Fundação Aga Khan, Junior Achievement, PAR, Portugal Economy Probe, RH Magazine, Sailors for the Sea, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Skills Jovem e estabelecemos parceria com a ACIF. Realizámos, com a CPV, o 3º Laboratório de Voluntário, a 20 de Abril, no Centro Cultural Casapiano, subordinado à temática "Desafios do Voluntariado: Ética e Comunicação na gestão de parcerias", que contou com a participação de 10 Associados. No âmbito do programa de intercâmbio de estudantes da FLAD, acolhemos a estagiária luso-americana Mónica Barros; em parceria com a EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza, levámos a Formação Como Mobilizar as empresas para Projetos Sociais a vários Distritos.

No Plano Internacional, demos continuidade às várias parcerias existentes como a CORE (Malta) e Instituto Ethos (Brasil). Através da ação Voluntariado em Família e da participação no webinar "Developing Good Cross-Sector Partnerships", reforçámos a ligação com o Business in the Community. No âmbito do CSR Europe, marcámos presença em Encontros de National Partner Organizations (NPOs) e Assembleias Gerais em Bruxelas (em Maio e Novembro) e participámos em vários webinars. Em Junho, o CSR Europe promoveu em Bruxelas um SDG Incubator Workshop: Business-led Collaboration for Refugees and Migrants, tendo sido o GRACE representado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, enquanto membro da Comissão Executiva da PAR. A 24 de Março organizámos o IV Encontro Transfronteiriço, em parceria com a Forética, em Badajoz. Em Março, fomos recebidos pela organização francesa IMS-Entreprendre pour la Cité em Paris, e em Maio participámos na European Corporate Volunteering Conference, em Madrid, iniciativa da IAVE (International Association for Volunteer Effort). Em Outubro recebemos a visita da Delegação Francesa do Clube Intercultural Europeu e de representantes da Brigham Young University, no âmbito da relação associativa com a FLAD.

HOUVE MUITO HUMOR NOS NOVOS LÍDERES, EM LISBOA E NO PORTO.

O CONSELHO CONSULTIVO REUNIU NA ATMOSFERA M, EM JANEIRO.

EM MAIO, O GRACE ASSINOU PROTOCOLO COM A CARTA DA DIVERSIDADE DA REPÚBLICA CHECA.

EM MAIO, EFETUÁMOS O WORKSHOP "COMO INVESTIR NA COMUNIDADE", DIRIGIDO AOS ASSOCIADOS.

EM ABRIL, O UNI.NETWORK ESTEVE NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE.

O GRACE ESTEVE NO ASSOCIADO BAYER A FALAR SOBRE RSC E SUSTENTABILIDADE.

EM MAIO, O VOLUNTARIADO EM FAMÍLIA ACONTECEU EM SINTRA.

4

Projetos prioritários definidos no plano de ação para 2017

Em 2017 apoiámos 33 Associados na identificação e desenvolvimento de 47 ações de voluntariado corporativo. Contámos com 133 empresas associadas participantes em iniciativas do GRACE, com a alocação de 2.035 horas e o envolvimento de 1.279 colaboradores voluntários.

Realizámos 89 intervenções, incluindo ações de formação presencial nas áreas de RSC, Responsabilidade Social Interna, Voluntariado, Avaliação de Impacto e Valor Partilhado.

Encontros, Conversas temáticas e Debates - foram realizados 3 Encontros Temáticos, tendo o primeiro ocorrido a 24 de Março, em Badajoz, subordinado ao tema "El papel de la empresa en el fomento de la empleabilidad y el empleo joven", no âmbito da parceria com a Forética; o segundo, a 4 de Abril, com o tema "Responsabilidade Social, Emprego e Deficiência – Caminhos para a Inclusão, teve lugar no Associado Fundação Manuel António da Mota, no Porto; e por fim, "RSC no Setor Farmacêutico" aconteceu a 14 de Setembro, no Associado PLMJ, em Lisboa.

Lançámos a iniciativa Ideias Cruzadas, que visa fomentar a criação de parcerias entre empresas e entidades de Economia Social, dando a conhecer às empresas associadas as tendências e boas práticas em matéria de relacionamento empresas/comunidade. Realizámos 3 edições, a 23 de Fevereiro, 29 de Junho e 27 de Outubro, no Associado J. Walter Thompson, com a apresentação de 12 projetos da Economia Social.

Em parceria com os Associados Fidelidade e Sair da Casca, promovemos também o debate "Da filantropia para o investimento social", a 10 de Outubro, contando com a apresentação de representante da EVPA (European Venture Philantropy Association).

A Avaliação de Impacto, trabalhada em 2015 pelo GRAIS, voltou à agenda a 26 de Setembro, com uma sessão de trabalho, no Associado Fundação Montepio – Atmosfera m, em formato focus group, com o apoio do Associado Sair da Casca.

Formação "Como mobilizar empresas para projetos sociais" – Desenvolvemos 3 Workshops, em Almada (9 e 16 de Fevereiro), Santarém (18 de Novembro) e Porto (30 de Novembro), que contaram com a participação de 35 organizações da Economia Social.

Formação "Como Investir na Comunidade" – Efetuámos 3 Workshops, em Lisboa e no Associado wDMI, no Porto (24 e 25 de Maio, e 29 de Novembro), que tiveram a participação de 13 Associados.

Em matéria de Cidadania, no dia 6 de Maio realizou-se a 11ª Edição do Voluntariado em Família, dedicada ao Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, com ações em Vila Nova de Gaia e Costa da Caparica, em parceria com a Plastic SunDay; Sintra, em parceria com Parques de Sintra – Monte da Lua; e Faro, em parceria com Centro de Ciência Viva do Algarve e Straw Patrol, com a participação de 124 voluntários de 18 empresas associadas.

GIRO – GRACE, Intervir, Recuperar e Organizar e outras ações de Voluntariado – em Março teve lugar na Marina de Cascais, o Baptismo de Vela das Equipas vencedoras do passatempo do "GIRO 2016: O Mar é GIRO", os Associados Inspira Santa Marta Hotel e Moneris, oferecido pelo Associado Lusitânia.

A 13 de Outubro teve lugar a 12ª Edição do GIRO, dedicada ao tema "Em defesa do Território", em 8 localidades do território nacional, englobando o continente e ilhas:

EM FEVEREIRO, OS "NOVOS LÍDERES" TRABALHARAM COM LEGO, NO PORTO.

Valongo, Penela, Sintra, Lisboa, Barreiro, Silves, Funchal e S. Miguel, em parceria com Futuro - Projeto das 100.000 árvores da Área Metropolitana do Porto; FLOPEN; Centro de Educação Ambiental da Mata Nacional da Machada e Sapal do Rio Coina; ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e dos Associados Parques de Sintra – Monte da Lua e Gebalis, reunindo mais de 850 voluntários de 56 Associados.

RSE de Sucesso - A IV Edição da RSE de Sucesso, realizada dia 4 de Abril, no Mercado do Bom Sucesso, contou com a participação de 21 empresas Associadas na Mostra de Boas Práticas, seguindo-se o Encontro Temático dedicado à "Responsabilidade Social, Emprego e Deficiência – Caminhos para a Inclusão" e ainda um momento Ideias Cruzadas, no Associado Fundação Manuel António da Mota.

Produção de publicações: Guias, Fichas e Revistas – Em 2017, o GRACE lançou a edição revista e atualizada da Ficha Setorial Desafios e Oportunidades da RSC no Setor do Turismo; a Revista Novos Líderes, que reúne e resume todos os workshops realizados entre 2014 e 2017 e ainda a Revista Testemunhos do Futuro, que contou com a participação de 9 personalidades da sociedade portuguesa, na qualidade de coautores: Alexandra Borges, Carla Castelo, Catarina Furtado, Francisco Ferreira, Helena Freitas, Mafalda Anjos, Rogério Roque Amaro, Rui Nabeiro, Viriato Soromenho-Marques, e ainda com o prefácio de Stefan Crets, em representação do CSR Europe. Também, em parceria com a Área Metropolitana do Porto, iniciámos a atualização dos conteúdos de "A Integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Um guia prático para a inclusão".

Os trabalhos dos Grupos de Trabalho "RS nas Entidades Públicas" e "RSI nas Empresas" tiveram continuidade, com o envolvimento de 7 e 32 Associados respetivamente. O GRACE deu início, em Junho, às reuniões do GT "Comunicar RSC", que teve o envolvimento de 19 Associados e representantes de 4 Instituições de Ensino Superior e 2 Associações Empresariais.

Programa "Novos Líderes para a Cidadania Empresarial"- Levámos a cabo dois workshops em Lisboa. No dia 26 de Janeiro 2017, na Atmosfera m, 19 Associados participaram no worskshop sobre "Humor na liderança"; já a 3 de Maio 2017, em casa do Associado Microsoft, o tema "Liderança no Mundo Digital" contou com a participação de 18 Associados. O workshop "Humor na Liderança" foi replicado no Porto, a 24 de Fevereiro 2017, na Atmosfera m, e contou com 12 Associados, assim se fechando o ciclo da edição 2016-2017.

Uni.Network – O GRACE terminou o ano com 25 Instituições de Ensino Superior protocoladas. Foram realizadas 22 intervenções em aulas/conferências/workshops por 17 Associados. No dia 4 de Julho, teve lugar, no Museu da Carris, o Evento LigAção, no qual foram apresentados os trabalhos vencedores e entregues os Certificados da Academia GRACE, que, em 2017, contou com a submissão de 50 trabalhos, elaborados por 111 alunos de 5 entidades protocoladas, resultando na disponibilização de 5 experiências profissionais aos alunos vencedores.

Newsletter, Site, Facebook e Linkedin – Foram enviadas a 2260 subscritores 3 edições regulares da Newsletter e 1 edição especial dedicada ao tema do Turismo Sustentável. No Site foram publicadas 169 notícias sobre o GRACE, Associados, Parceiros e Economia Social. As páginas de Facebook e LinkedIn mantiveram uma gestão de continuidade, tendo o primeiro registado 4.887 seguidores e 4.980 "gostos", e o segundo 1100 ligações e 1260 seguidores.

EM OUTUBRO, O GIRO JUNTOU MAIS DE 850 VOLUNTÁRIOS...

EM JULHO, PREMIÁMOS OS VENCEDORES DA ACADEMIA GRACE 2016/17.

... DE 56 EMPRESAS ASSOCIADAS...

O VOLUNTARIADO EM FAMÍLIA TAMBÉM ACONTECEU EM FARO.

... EM 8 LOCALIDADES NO CONTINENTE E ILHAS.

M SETEMBRO, ABORDÁMOS A RSC NO SETOR FARMACÊUTICO EM MAIS UM ENCONTRO TEMÁTICO.

5

Atividades não realizadas

O projeto Exposição Itinerante, desenvolvido em parceria com a ACEGE, a APEE, a GCNP e JAP, com o apoio dos Associados BMS, GRAFE, Pedra Base, Sair da Casca e do Parceiro Portal VER, não captou os fundos necessários para a sua implementação.

Em 2017 os trabalhos resultantes do GT de Comunicação representados pela Academia e Associados, deram origem à alteração de formato do Workshop de RSC na Comunicação, para Conferência – "Comunicar RSC" transposto para o Plano de 2018, com lançamento do respetivo Guia.

6

Atividades realizadas não previstas em plano de ação

Campanha aos Associados para sensibilização à consignação de 0,5% IRS a Entidades de Economia Social, realizada em parceria com a Call to Action, Grafe e Sair da Casca.

Lançamento de 2 revistas, Novos Líderes e Testemunhos do Futuro; enquadrada no Ano Internacional do Turismo Sustentável foi feita uma atualização da Ficha Setorial Desafios e Oportunidades da RSC no Setor do Turismo e 1 Edição de Newsletter sobre a temática.

Atualização de conteúdos de "A Integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: Um guia prático para a inclusão", em parceria com a Área Metropolitana do Porto e o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P..

7

Movimento Associativo

Em 2017 saíram 12 Associados e entraram 24.

ANO 2016	ANO 2017
SAIDAS 13	SAIDA 12
ENTRADAS 23	ENTRADAS 24
REUNIÕES DE ANGARIAÇÃO 50	REUNIÕES DE ANGARIAÇÃO 50
TAXA DE CONVERSÃO 46%	TAXA DE CONVERSÃO 42%

Fechando o Ano com 160 Empresas Associadas.

8

Análise económica e financeira

Os resultados obtidos pela Associação em 2017 foram de 2.192 € positivos, refletindo assim uma diminuição em relação ao ano anterior, resultante em parte no aumento da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos consequente do aumento dos projetos onde o GRACE esteve presente.

Em relação aos subsídios à exploração, registou-se um aumento de 90%, uma vez que em 2017 houve uma participação do GRACE numa ação referente ao projeto da Carta da Diversidade que nos permitiu obter um subsídio por parte da União Europeia para esse fim.

Em relação à rubrica de Outros Gastos verificou-se uma diminuição significativa justificada pelos valores de donativos referentes aos diferentes projetos (GIRO e Voluntariado em Família). Ao contrário do ano anterior estes gastos em 2017 foram refletidos na rubrica de FSE (em subcontratos).

euros

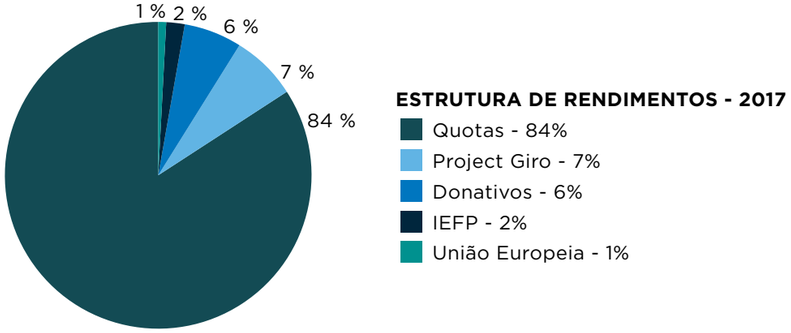
RESULTADOS A 31/12/2017	2016	2017	D 2017/2016	
(+) Prestação de Serviços	263 059 €	270 304 €	7 245 €	3%
(+) Subsídios à Exploração	3 965 €	7 544 €	3 579 €	90%
(-) Fornecimentos e Serviços Exteriores	91 460 €	115 128 €	23 668 €	26%
(-) Gastos com o Pessoal	152 797 €	150 712 €	-2 085 €	-1%
(+) Reversões	2 400 €	0 €	-2 400 €	-100%
(+) Outros Rendimentos	63 €	27 €	-36 €	-58%
(-) Outros Gastos	16 593 €	9 866 €	-6 727 €	-41%
(=) Resultados Operacionais	8 637 €	2 169 €	-6 468 €	-75%
(+) Juros e Rendimentos similares	21 €	23 €	2 €	8%
(-) Juros e gastos similares	51 €	0 €	-51 €	-100%
(=) Resultado Liquido do Periodo	8607 €	2192 €	-6 415 €	-75%

Rendimentos

Os rendimentos da Associação repartem-se em proveitos operacionais (Quotas e Donativos) no valor total de 270 mil €, representando um aumento de 3% relativamente a 2016 e outros subsídios que ascendem a aproximadamente 7.500 mil €, (com um aumento de 90% relativamente ao ano transato).

euros

RENDIMENTOS	2016	2017
Rendimentos	263 059 €	270 304 €
Quotas	223 050 €	233 674 €
Project Giro	22 903 €	18 385 €
Donativos	17 106 €	18 245 €
Outros Projectos	0 €	0 €
Outros Subsidios	3 965 €	7 544 €
União Europeia	1 659 €	4 778 €
IEFP	2 306 €	2 766 €
Total	267 024 €	277 848 €

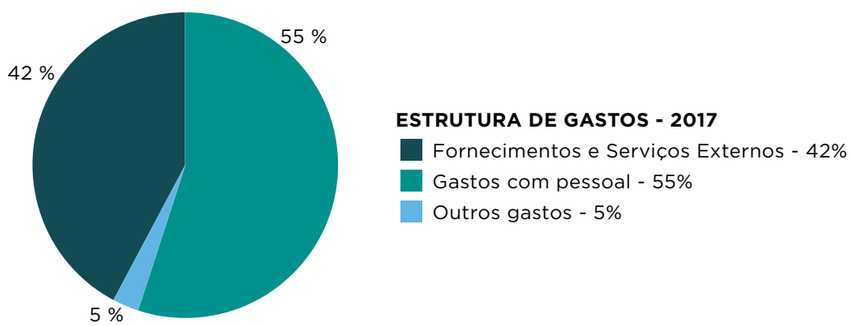


Gastos

A estrutura de gastos do GRACE é constituída fundamentalmente por fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, conforme o mapa abaixo.

euros

ESTRUTURA DE GASTOS	2017
Fornecimentos e Serviços Externos	115 128 €
Gastos com pessoal	150 674 €
Outros gastos	9 866 €



euros

ATIVO	2016	2017	Δ 2017/2016	
Ativo não corrente	533 €	944 €	411 €	77%
Outros créditos e ativos não correntes	533 €	944 €	411 €	77%
Ativo corrente	93 651 €	91 648 €	-2 003 €	-2%
Créditos a receber	24 188 €	11 783 €	-12 405 €	-51%
Estado e outros entes publicos	404 €	427 €	23 €	6%
Diferimentos	1 539 €	1 446 €	-93 €	-6%
Outros ativos correntes	3 950 €	1 716 €	-2 234 €	-57%
Caixa e depósitos bancários	63 570 €	76 276 €	12 706 €	20%
Total do Ativo	94 184 €	92 592 €	-1 592 €	-2%

euros

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	2016	2017	Δ 2017/2016	
Resultados transitados	35 938 €	44 545 €	8 607 €	24%
Resultado líquido do periodo	8 607 €	2 192 €	-6 415 €	-75%
Total dos Fundos Patrimoniais	44 545 €	46 737 €	2 192 €	5%
Passivo não corrente	0 €	0 €	0 €	0%
Fornecedores	1 362 €	1 706 €	344 €	25%
Adiantamentos de clientes	0 €	5 000 €	5 000 €	100%
Estado e outros entes públicos	4 935 €	4 295 €	-640 €	-13%
Financiamentos Obtidos	7 000 €	0 €	-7 000 €	100%
Diferimentos	94 184 €	92 592 €	-1 592 €	-2%
Outros passivos correntes	30 342 €	26 954 €	-3 388 €	-11%
Total do Passivo	49 639 €	45 855 €	-3 784 €	-8%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	94 184 €	92 592 €	-1 592 €	-2%

O **ativo líquido** total no final do período de 2017 atingiu os 92.592 €. Este valor corresponde, na sua maioria, a disponibilidades, constantes na rubrica de ativos correntes.

O **passivo** regista um total de 45.855 €, representado em exclusivo pela rubrica de passivo corrente, nomeadamente, pela rubrica de dívida a fornecedores (1.706 €) ainda não vencida e outros passivos correntes (incluindo, maioritariamente, acréscimos de gastos no montante de 26.776 €).

A **situação líquida** de 46.737 € reflete os resultados gerado no período de 2017 e nos períodos anteriores.

Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A Associação não tem quaisquer dívidas à Administração Fiscal nem à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Resultados

O resultado líquido do período cifrou-se em 2.192 € positivos.

Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção propõe que o Resultado Líquido do Período Positivo, no valor de 2.192 € (dois mil, cento e noventa de dois euros), seja transferido para resultados transitados.

9

Riscos e incertezas

Descrição dos principais riscos e incertezas com que a Associação se defronta

Oportunidades

- Maior sensibilidade das empresas para a RSC;
- Redução do Estado Social e crescente solicitação para o envolvimento das empresas com a comunidade
- Maior relação de parceria com entidades congéneres;
- Maior informação e interesse por parte dos stakeholders;
- Internacionalização das empresas associadas

Ameaças

- Incoerência entre as práticas de RSC interna e externa;
- Instabilidade política, social e económica;
- Vulnerabiliade do setor da Economia Social;
- Insuficiente foco das empresas na implementação dos princípios do impacto social

CONTEXTO

Potencialidades

- Crescente visiblidade Nacional e Internacional;
- Possibilidade de novos Associados;
- Heterogeneidade da massa associativa;
- Fortalecimento de relações de parceria;
- Aumento de parceiros fora dos grandes centros;
- Existência de uma Equipa Técnica forte e coesa;
- Órgãos Sociais com experiência.

Fragilidades

- Excessivo peso das quotas de Associados no processo de financiamento;
- Capacidade de resposta da Equipa Técnica, em virtude do aumento e diversificação de solicitações resultante da heterogeneidade da massa associativa;
- Insuficiente presença de Associados fora dos grandes centros

10

Factos relevantes ocorridos após o termo do período

A Direção informa que não ocorreram factos relevantes, após o termo do período.

11

Evolução previsível da associação

Para o próximo Triénio a Direção aposta nos seguintes Compromissos: Continuar as Ações e projetos bandeira;

Cumprir as Linhas de Orientação Estratégica, Missão e Estatutos;

Consolidar a massa Associativa e a sua relação personalizada

Criar atualizando as práticas e antecipando as tendências de evolução.

12

Órgãos sociais, triénio 2015-2017

Assembleia Geral

PRESIDENTE
IBM, representada por Conceição Zagalo

SECRETÁRIOS
Essilor, representada por Filomena Esteves de Carvalho
Linklaters, representada por Carlos Pinto Correia

SUPLENTES
Universidade Europeia, representada por Susana Martins
Vodafone, representada por Ana Veríssimo

Conselho Fiscal

PRESIDENTE
Fundação EDP, representada por Sandro Fonseca

VOGAIS
Secil, representada por Nuno Maia
Super Bock Group, representada por Inês Mesquita

SUPLENTES
Everis, representada por António Brandão de Vasconcelos
Microsoft, representada por Vânia Neto

Direção

PRESIDENTE
Fundação Montepio, representada por Paula Guimarães

VICE-PRESIDENTES
Lift World, representada por Domingas Carvalhosa
VdA, representada por Margarida Couto

VOGAIS
ANA Aeroportos de Portugal, representada por Joaquim Damas
CAOS, representada por Gonçalo Cavalheiro
Delta Cafés, representada por Dionísia Gomes
Fundação BP, representada por Luís Roberto
Fundação Manuel António da Mota, representada por Rui Pedroto
Grupo CH, representado por Carolina Leite
Resiquímica, representada por Paula Miranda
Transportes de Lisboa, representada por Luís Vale

SUPLENTES
J. Walter Thompson, representada por Graça Magalhães
MSD, representada por Rita Amieiro
PwC, representada por Cristina Tomé

Conselho Consultivo (2012-2017)

João Sá Nogueira (Presidente), Agostinho Miranda, Américo Fernandes, António Raposo de Lima, António Tomás Correia, Carlos Magno, Charles Buchanan, Conceição Zagalo, Francisco Ferreira, Guta Moura Guedes, Isabel Jonet, Isabel Mota, João Reis, José Silva Rodrigues, Luís Portela, Maria José Ritta, Miguel Athayde Marques, Nuno Gama de Oliveira Pinto, Pedro Quintela, Purificação Tavares e Rui Nabeiro.

13

Equipa técnica

Apesar do aumento de exigência fruto dos novos projetos e do aumento do número de Associados, a Equipa manteve-se constituída por seis elementos, tendo porém consolidado as suas competências através de ações formativas no total de 49h30, para manter o mesmo nível de resposta aos desafios dos Associados. Foram ainda acolhidos na equipa ao longo do ano, no contexto de iniciativas de apoio à empregabilidade, 1 estagiário vencedor da Academia GRACE, durante 8 meses, 1 estudante luso-americana, durante 2 meses, no âmbito do programa Study in Portugal Network (iniciativa do Associado FLAD) e 2 voluntários durante 4 meses.

14

Associados

ASSOCIADOS

15

Agradecimentos

À Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao Presidente do Conselho Consultivo, pela participação em iniciativas em representação do GRACE. Aos Conselheiros e Órgãos Sociais cessantes pela sua dedicação, empenho e apoio em toda a atividade da Associação.

Aos Associados Accenture, Auchan, Bayer, Bloomcast Consulting, CAOS, Delta Cafés, Diaverum, Eixo Norte-Sul, Euronext Lisbon, Fidelidade, Fundação BP, Fundação Manuel António da Mota, Fundação Montepio, Gilead, Grupo CH, Hill+Knowlton, Janssen, J. Walter Thompson, Lift World, Lipor, Michael Page, Microsoft, MLGTS, Mobilidade Positiva, MSD, Porto Editora, PLMJ, PwC, Quasar, Sair da Casca, Tecnifar, Vieira de Almeida & Associados pela participação como oradores, moderadores, dinamizadores em iniciativas promovidas pelo GRACE.

Aos Associados Accenture, Atlântica Higher Institution Higher Institution, BSD Consulting, Call to Action, CAOS, Cisco, Clínicas Leite, Comunicatorium, DHL, eSolidar, Essilor, F3M, FCB, Fidelidade, FIND, Fundação BP, Fundação Montepio, Fundação PT, Gebalis, Get2C, Gómez-Acebo & Pombo, Groundforce, Grupo CH, IBM, INCM, Informa D&B, Infraestruturas de Portugal, Jerónimo Martins, J. Walter Thompson, Lift World, Lipor, McDonald´s, MediaCamp, Michael Page, Moneris, outCOme, Parques de Sintra - Monte da Lua, Pfizer, Portugália, PwC, Resiquímica, RTP, Sair da Casca, Santander, Sérvulo & Associados, Trivalor, TurnAround Social, Via Direta, Vieira de Almeida & Associados, Universidade Europeia, Widex, wDMI e Xerox pela dinamização e participação nos Grupos de Trabalho.

Aos Associados Biorumo, CORE, eSolidar, Sair da Casca e Turnaround Social pela dinamização dos Workshops “Como Investir na Comunidade” e “Como Mobilizar Empresas para Projetos Sociais”, e a João Alves, pela dinamização do workshop “Como Mobilizar as Empresas para Projetos Sociais” em Almada.

Aos Associados J. Walter Thompson e Sair da Casca pelo apoio no projeto Ideias Cruzadas.

Aos Associados Atlântica Higher Institution Higher Institution, CARRIS, CORE, eSolidar, Esposende Ambiente, Eurest, F3M, Fundação BP, Fundação Manuel António da Mota, Grupo CH, Gómez-Acebo & Pombo, Lipor, Michael Page, Microsoft, Prio, PwC, Quasar, Santander Totta, Super Bock Group, Universidade Europeia, Vale de Lobo, Vieira de Almeida & Associados e Widex, pela participação no projeto Uni.Network.

Aos Associados Atlântica Higher Institution, CARRIS, Euronext Lisbon, Fidelidade, Fundação Manuel António da Mota, Fundação Montepio – Atmosfera m, Inspira Santa Marta Hotel, J. Walter Thompson, Lipor, MLGTS, PLMJ, Ritz Four Seasons, Santander, SuperBock Group, VdA e wDMI pela cedência de espaços e catering para projetos e eventos do GRACE.

Aos Associados Call to Action, Grafe e Sair da Casca pelo apoio à dinamização da campanha de sensibilização de consignação do IRS.

Ao Associado Resiquímica, pela participação em representação do GRACE na Conferência do IAVE em Madrid.

Ao Associado Lusitânia pela oferta do prémio para o passatempo GIRO 2016, e pela cedência de seguros para o Voluntariado em Família.

Ao Associado LYD pela oferta de voucher aos alunos vencedores do Prémio Academia GRACE.

Ao Associado FLAD, pelo desafio lançado de acolhimento de estudante luso-americana no GRACE.

Ao Associado Vieira de Almeida & Associados, pelo apoio jurídico prestado e à Lift World pela assessoria mediática de continuidade. Aos Associados GRAFE e Laranja Mecânica pela paginação e artes finais de Publicações do GRACE. Ao Associado MediaCamp pelo desenvolvimento criativo da Edição Especial da Newsletter dedicada ao Turismo Sustentável.

Ao Associado BSD Consulting, pela formação GRI e pelo apoio no âmbito da Diretiva da Informação Não Financeira. Ao Associado outCOme pela formação em “Regresso ao Trabalho”. Ao Associado Accenture, pela formação “Comunicação Interna e Externa”, no âmbito da Red’Emprega.

Ao Associado OCP pelo apoio dado em Vila Nova de Gaia, na iniciativa do Voluntariado em Família.

Aos Associados SDL e Universidade Europeia, pelos serviços de tradução prestados no âmbito do Business Human Rights e Manifesto de Milão do CSR Europe.

Ao Associado Super Bock Group, pela cedência de águas e de refrigerantes para os eventos do GRACE.

Ao Associado Europcar, pela cedência de viaturas em ações fora de Lisboa.

Ao Associado Fundação Montepio pelo Almoço de Natal aos Órgãos Sociais do GRACE e pelo Donativo de Mérito no valor de 5.000 euros atribuído à Equipa Técnica.

Às entidades públicas DGAE- Direção Geral das Atividades Económicas, IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais, INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, pela participação na elaboração e desenvolvimento da Ficha Setorial “RS nas Entidades Públicas”.

À Carris/Metro, Defloc, Águas de Portugal - Grupo AdP, ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P., pela presença em algumas reuniões de debate do Grupo de Trabalho “RS nas Entidades Públicas”.

À APCE, APECOM, ESCS, ISCSP e UCP, pela participação na elaboração e desenvolvimento de conteúdos no âmbito do Grupo de Trabalho “Comunicar RSC”.

À ACEGE pela participação na sessão formativa “Assédio Moral e Sexual”. Ao parceiro Câmara Municipal de Oeiras, através do Oeiras Solidária (POS), pela participação nas sessões “Gestão de Bem-estar organizacional” e “Trabalho colaborativo e partilha”Accentur.

A Pedro Norton de Mattos, pelo desafio ao GRACE para participar no Greenfest.

A Mário Rui da SCML, que em representação da PAR, participou no SDG Incubator Workshop: Business-led Collaboration for Refugees and Migrants promovido pelo CSR Europe, em Bruxelas.

A Ivo Barros, Mafalda Ribeiro, Osvaldo Sousa, Paulo Ferreira, Reginaldo Almeida, Rita Pelica e Tiago Strecht, pela participação na qualidade de oradores, dinamizadores, moderadores em iniciativas do GRACE.

A Duarte Caldeira, pela participação no lançamento do GIRO e pela cedência do Guião de Procedimentos para a Organização de Campanhas de Solidariedade Eficientes e Eficazes, bem como pela cedência de conteúdos do Infograma “O que fazer em caso de Incêndio Florestal”, publicado no Noticias Magazine, que gentilmente nos autorizou a divulgar pelos Associados.

Aos Parceiros CPV e Forética, por mais um ano de iniciativas de sucesso, com a realização do Laboratório de Voluntariado e Encontro Transfronteiriço, respetivamente.

À LCG e à Pluridata, pela permanente disponibilidade no apoio prestado durante todo o ano, em matéria de contabilidade e informática.

À KPMG, agradecemos a Auditoria e a Certificação das Contas da Associação.

Uma referência especial para a Equipa Técnica e para aqueles que com ela colaboraram, no sentido de assegurar o intenso programa de atividades respeitante ao ano de 2017.

A todos os Associados que, fazendo parte desta Associação, contribuem financeiramente e com a disponibilização de recursos humanos e logísticos para a consolidação e desenvolvimento do GRACE.

16

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

	BALANÇO INDIVIDUAL	30
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	31
	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	32
	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	33
	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34
1	**INTRODUÇÃO**	34
2	**REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**	34
3	**PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**	35
4	**POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**	38
5	**ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**	38
6	**OUTROS CRÉDITOS E ATIVOS NÃO CORRENTES**	38
7	**CRÉDITOS A RECEBER**	39
8	**ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**	39
9	**OUTROS ATIVOS CORRENTES**	40
10	**DIFERIMENTOS**	40
11	**CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS**	40
12	**RESULTADOS TRANSITADOS**	41
13	**FORNECEDORES**	42
14	**FINANCIAMENTOS OBTIDOS**	42
15	**OUTROS PASSIVOS CORRENTES**	42
16	**VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**	43
17	**SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO**	43
18	**FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**	43
19	**GASTOS COM PESSOAL**	44
20	**OUTROS RENDIMENTOS**	44
21	**OUTROS GASTOS**	45
22	**GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS**	45
23	**IMPOSTO DO PERÍODO**	45
24	**COMPROMISSOS**	45
25	**REMUNERAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**	46
26	**EVENTOS SUBSEQUENTES**	46

Balanço

	Nota	31 de Dezembro 2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	-	-
Outros créditos e ativos não correntes	6	944	533
		944	**533**
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	11 783	24 188
Estado e outros entes públicos	8	427	404
Diferimentos	10	1 446	1 539
Outros ativos correntes	9	1 716	3 950
Caixa e depósitos bancários	11	76 276	63 570
		91 648	**93 651**
Total do ativo		**92 592**	**94 184**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	12	44 545	35 938
		44 545	**35 938**
Resultado líquido do período	12	2 192	8 607
		46 737	**44 545**
Total dos fundos patrimoniais		**46 737**	**44 545**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1 706	1 362
Adiantamentos de clientes	15	5 000	-
Estado e outros entes públicos	8	4 295	4 935
Financiamento obtidos	14	-	7 000
Diferimentos	10	7 900	6 000
Outros passivos correntes	15	26 954	30 342
		45 855	**49 639**
Total do passivo		**45 855**	**49 639**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**92 592**	**94 184**

Lisboa, de 04 de Julho de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração dos resultados por naturezas

Rubricas	Nota	Períodos 2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	270 304	263 059
Subsídios à exploração	17	7 544	3 965
Fornecimentos e serviços externos	18	(115 128)	(91 460)
Gastos com o pessoal	19	(150 712)	(152 797)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	7	-	2 400
Outros rendimentos	20	27	63
Outros gastos	21	(9 866)	(16 593)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**2 169**	**8 637**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**2 169**	**8 637**
Juros e rendimentos similares obtidos	22	23	21
Juros e gastos similares suportados	22	(0)	(51)
Resultados antes de impostos		**2 192**	**8 607**
Imposto sobre o rendimento do período	23	-	-
Resultado líquido do período		**2 192**	**8 607**

Lisboa, de 04 de Julho de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2016	34 793	1 145	35 938
Alterações no período			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	1 145	(1 145)	-
Resultado líquido do período	-	8 607	8 607
Resultado integral	**1 145**	**7 463**	**8 607**
A 31 de Dezembro de 2016	**35 938**	**8 607**	**44 545**
Alterações no período			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	8 607	(8 607)	-
Resultado líquido do período	-	2 192	2 192
Resultado integral	**8 607**	**(6 415)**	**2 192**
A 31 de Dezembro de 2017	**44 545**	**2 192**	**46 737**

Lisboa, de 04 de Julho de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

6

Demonstração dos fluxos de caixa

	Períodos 2017	Períodos 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	288 252	243 047
Recebimentos de subsídios	7 545	3 965
Pagamentos a fornecedores	(107 723)	(105 876)
Pagamentos ao pessoal	(151 996)	(148 328)
Caixa gerada pelas operações	36 078	(7 192)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(6)	186
Outros recebimentos/ pagamentos	(14 796)	(13 775)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	**21 276**	**(20 781)**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento		
Juros e rendimentos similares	23	49
Imobilizações incorpóreas		
Dividendos		
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	**23**	**49**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	30 000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(7 000)	(23 000)
Juros e gastos e similares	(1 593)	(1 571)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	**(8 593)**	**5 429**
Variação de caixa e seus equivalentes	12 705	(15 303)
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	63 570	78 873
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**76 275**	**63 570**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	131	214
Depósitos bancários	6 145	19 841
Outras aplicações de tesouraria	70 000	43 515
	76 276	**63 570**

Lisboa, de 04 de Julho de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

7

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

O GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial - Associação é uma associação, constituída por escritura pública em 25 de Fevereiro de 2000. Tem a sua sede na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, número 108 – 2ºB, em Lisboa.

A 10 de Agosto de 2017, foi oficialmente reconhecido pela Presidência do Conselho de Ministros, o Estatuto de Utilidade Pública do GRACE, nos termos do Despacho 6925/2017, publicado em Diário da República 2ª Série, nº 154.

O GRACE tem como principal objetivo a promoção do conceito de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social das Organizações (doravante designada por Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social), e o apoio a atividades desenvolvidas por terceiros (associados ou não) nesta área, procurando a colaboração com as comunidades locais e organizações de solidariedade social.

Paralelamente, o GRACE promoverá, junto dos seus associados e da sociedade em geral, o debate, o esclarecimento e a divulgação sobre os mais diferentes aspetos da Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui a Norma Contabilística de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCFR-ESNL"), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, no dia 8 de Maio de 2018, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2016.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Não existem contas do balanço e das demonstrações dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Órgão de Gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas Contabilísticas relevantes

a - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Anos
Equipamento Básico	3 anos
Ferramentas	4 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os rendimentos ou gastos na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

b - Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

c - Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

d - Subsídios e apoios do Governo

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis, mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios das entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido em conformidade com a política dos Instrumentos Financeiros. O benefício da taxa de juro inferior a do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a política dos Instrumentos Financeiros e a quantia recebida. A Empresa tem em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os custos que o benefício do empréstimo visa compensar.

Quando os subsídios das entidades públicas tomam a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

e - Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

f - Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo às Quotas e Donativos no decurso normal da atividade do GRACE.

O rédito compreende as quotas faturadas, líquidas de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

3.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

A NCRF-ESNL requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas:

a - Provisões

O GRACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

b - Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.
Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento dos membros da Direção para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

c - Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do GRACE, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao GRACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Direção no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. Principais Pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

3.5. Principais fontes de incerteza das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2017, o GRACE não efetuou quaisquer correções nas demonstrações financeiras.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Ferramentas	Total
1 de Janeiro de 2016				
Custo de aquisição	1 511	2 121	796	4 428
Depreciações acumuladas	(1 511)	(2 121)	(796)	(4 428)
Valor líquido	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016				
Adições	-	-	-	-
Depreciação - período	-	-	-	-
Valor líquido	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016				
Custo de aquisição	1 511	2 121	796	4 428
Depreciações acumuladas	(1 511)	(2 121)	(796)	(4 428)
Valor líquido	-	-	-	-

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2016

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2017 não houve movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível pois os bens já estavam totalmente depreciados.

6. Outros créditos e ativos não correntes

Nesta rubrica estão registados os encargos com os Fundos de Compensação do Trabalho que o GRACE suportou relativo às remunerações pagas durante o ano de 2017, no montante de 944 € (31 de Dezembro de 2016: 533,46 €).

7. Créditos a receber

No período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - outros i)	11 783	-	11 783	24 188	-	24 188
Clientes de cobrança duvidosa	3 961	-	3 961	3 961	-	3 961
	15 744	-	15 744	28 149	-	28 149
Perdas por Imparidade acumuladas ii)	(3 961)	-	(3 961)	(3 961)	-	(3 961)
Total Clientes	**11 783**	**-**	**11 783**	**24 188**	**-**	**24 188**

I. Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber decorrentes de donativos e das quotas anuais cobradas em 2017. A variação de saldos relativamente ao ano de 2016 prende-se pelo facto de existir um menor número de associados a ter efetuado o pagamento das quotizações relativas a 2017, em 2018. De referir que este valor foi recebido na sua totalidade em 2018.

II. Perdas por imparidade acumuladas: durante o período não foram registadas perdas por imparidade. Não foram igualmente registadas reversões/utilizações da imparidade.

8. Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os saldos são os que se detalham de seguida:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	11	-	5	-
Impostos s/ rendimento - IRS	399	1 589	399	1 795
Contribuições p/ segurança social	-	2 706	-	3 120
Outras Contribuições	17	-	-	20
	427	**4 295**	**404**	**4 935**

Para os períodos apresentados, o saldo de IRC respeita a retenções na fonte.

	2017	2016
Pagamentos por conta		
Retenções na fonte	11	5
Estimativa de IRC	-	-
Total	**11**	**5**

9. Outros ativos correntes

No período findo em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, a decomposição da rubrica de Outros ativos correntes, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	1 716	-	1 716	3 950	-	3 950
Outros créditos a receber	**1 716**	**-**	**1 716**	**3 950**	**-**	**3 950**

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de outros devedores inclui essencialmente os valores referente a caução da Renda da Sede do GRACE (1.100 €).

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o GRACE tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Ativo corrente - Diferimentos	2017	2016
Seguros	338	437
Rendas	1 108	1 102
Gastos a reconhecer	1 446	1 539
Subsidios para Investimento	-	-
	1 446	1 539

Passivo corrente - Diferimentos	2017	2016
Quotas 2018	2 900	4 800
Outros Projectos GRACE	-	1 200
Prémio Montepio Geral	5 000	-
Rendimentos a reconhecer	7 900	6 000

A rubrica Ativo corrente – Diferimentos inclui os gastos a reconhecer referentes a valores de seguros e rendas do escritório para o período de 2018.

A rubrica Passivo corrente – Diferimentos – inclui os rendimentos a reconhecer resultantes da faturação de Quotas de 2018, emitida no período de 2017 que terá impacto apenas em 2018. Inclui também o valor referente ao Prémio atribuído pelo Montepio Geral à equipa do GRACE que apenas será atribuído em 2018.

11. Caixa e Depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

11.1. Caixa e seus equivalentes que estão disponíveis para uso

Os valores aplicados pelo GRACE em depósitos a prazo estão imediatamente disponíveis sempre que necessários.

11.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2017	2016
Numerário		
- Caixa	131	214
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	6 145	19 841
- Depósitos a prazo	70 000	43 515
	76 145	63 356
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	76 276	63 570

Ao analisarmos a nota 7 de Créditos a receber verificamos que em 2017 ficaram por receber 11.783 € que apenas foram regularizados em 2018. Este valor justifica a aumento relativamente aos valores em Caixa e equivalentes.

Nos depósitos a prazo, as taxas de juros aplicadas são:

Montepio Geral:

- Depósito 344 15.000804-5, no valor de 70.000 €, à taxa de 0,010%. Este depósito está associado à conta de Gestão ativa, não tendo data limite. O saldo está disponível na conta DO, mediante as necessidades do GRACE.

12. Resultados transitados

A variação na rubrica de "Resultados transitados" refere-se à aplicação do resultado líquido do período de 2016.

	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2016	34 793	1 145	35 938
Alterações no período			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	1 145	(1 145)	(0)
Resultado líquido do período	-	8 607	8 607
Resultado integral	**1 145**	**7 462**	**8 607**
A 31 de Dezembro de 2016	**35 938**	**8 607**	**44 544**
Alterações no período			
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	8 607	(8 607)	-
Resultado líquido do período	-	2 192	2 192
Resultado integral	**8 607**	**(6 415)**	**2 192**
A 31 de Dezembro de 2017	**44 545**	**2 192**	**46 737**

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, os saldos de fornecedores são apresentados como segue:

Descrição	2017	2016
Fornecedores - Terceiros	1 706	1 362
Total saldo fornecedores - correntes	1 706	1 362

O saldo a pagar aos Fornecedores – Terceiros refere-se a dívidas decorrentes da atividade da associação do mês de Dezembro de 2017, a liquidar em 2018.

Os principais valores desta rubrica referem-se às dividas correntes a pagar à Europcar, LCG e Grafe Publicidade.

14. Financiamentos Obtidos

De referir que o GRACE não teve necessidade de utilizar a conta corrente caucionada do Montepio Geral no decorrer do ano de 2017.

15. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, o detalhe da rubrica de Outros passivos correntes é apresentado como segue:

		2017			2016		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos de clientes							
Adiantamentos de clientes		5 000	-	5 000	-	-	-
		5 000	**-**	**5 000**	**-**	**-**	**-**
Outros credores							
Credores diversos		178	-	178	316	-	316
Acréscimos de gastos							
Anulação de Quotas	i)	667	-	667	4 400	-	4 400
Férias e sub. Férias	ii)	20 302	-	20 302	20 302	-	20 302
Outros	iii)	5 807	-	5 807	5 324	-	5 324
Outros passivos correntes		**26 954**	**-**	**26 954**	**30 342**	**-**	**30 342**

Na rubrica de adiantamentos de clientes encontra-se o adiantamento efetuado pelo associado Companhia IBM referente a um donativo no âmbito do Encontro Ibérico entre o Grace e a Forética a decorrer em 2018.

No que respeita aos acréscimos de gastos temos:

I. Anulação de quotas – a rubrica diz respeito a notas de crédito emitidas em 2018 referentes a quotas de anos anteriores cujos associados deixaram de fazer parte do GRACE.

II. Férias e Subs. Férias – não existe variação desta rubrica pois número médio de colaboradores do GRACE manteve-se em 2017.

III. Outros - A rubrica apresenta um acréscimo de gastos referente ao Projeto GIRO 2017 e aos custos com a AG de 2017, que à data do fecho das demonstrações financeiras ainda não tínhamos recebido a respetiva fatura.

16. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, é detalhado como segue:

	2017	2016
Quotas	233 674	223 050
Donativos - Projeto Giro	18 385	22 903
Donativos	18 245	17 106
Rédito	**270 304**	**263 059**

A variação da rubrica de Quotas verificada no período resulta essencialmente da entrada de novos associados (24), ocorridas ao longo do período de 2017, representando assim um aumento de quotas no montante de 23.693 €. Em 2017 saíram 12 associados, cujas quotas anuais representavam um total de 16.500 €. Verificando-se uma variação positiva no valor de 7.193 € de 2016 para 2017.

A rubrica de Donativos diz respeito na sua maioria aos donativos do Montepio Geral no valor de 7.500 €, Fundação Aga Khan de 4.600 € e da Companhia IBM no valor de 2.500 €.

17. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e 2016, o GRACE recebeu os seguintes Subsídios:

	2017	2016
IEFP	2 766	2 306
União Europeia	4 778	1 659
	7 544	**3 965**

Os subsídios recebidos durante o período de 2017 não são reembolsáveis.

A rubrica dos subsídios à exploração registou um aumento de 90%, uma vez que em 2017 houve uma participação do GRACE numa ação referente ao projeto da Carta da Diversidade que nos permitiu obter um subsídio por parte da União Europeia para esse fim.

18. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos durante o período de 2017 e 2016 é como segue:

		2017	2016
Subcontratos	i)	25 259	15 855
Deslocações e estadas	ii)	17 796	19 040
Rendas	iii)	19 773	18 090
Trabalhos especializados	iv)	22 638	14 974
Material de escritório	v)	3 935	4 216
Outros		14 047	8 095
Limpeza, higiene e conforto		2 462	2 040
Comunicações		4 181	4 493
Ferramentas e utensílios		795	942
Despesas de representação		4 242	3 715
Fornecimentos e serviços externos		**115 128**	**91 460**

I. Subcontratos: o aumento desta rubrica deve-se ao facto de em 2017 o Projeto Giro ter baseado uma parte da sua intervenção em fornecimento de materiais diretamente às instituições selecionadas, não tendo assim o GRACE atuado como intermediário.

II. Deslocações e estadas: esta rubrica, apresenta as despesas imputadas Equipa Técnica do GRACE, no desenvolvimento das ações. Em 2017, a Direção do GRACE continuou a mesma política de contenção dos gastos de estrutura, tendo os elementos da Direção suportado todas as despesas através das entidades que representam.

III. Rendas: refere-se à renda mensal suportada pelo GRACE relativo aos escritórios arrendados em 2015, ao aluguer de equipamento de escritório (fotocopiadora), cujo contrato de renting foi celebrado no final de 2013, bem como ao aluguer de uma viatura para uso da equipa.

IV. Trabalhos especializados: a rubrica de trabalhos especializados reflete os honorários pagos pelo serviço de contabilidade no montante de 7.200 euros. Esta rubrica inclui ainda 8.300 euros relativos a serviços especializados relacionados com projeto do GRACE.

V. Material de escritório: os gastos do ano sofreram uma ligeira diminuição relativamente a 2016 não sendo esta significativa.

19. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2017 e 2016, foram como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Pessoal	121 632	123 907
	121 632	**123 907**
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	25 229	25 409
Outros	3 851	3 481
Sub-total	**29 080**	**28 890**
Gastos com o pessoal	**150 712**	**152 797**

Os Gastos com o pessoal sofreram uma ligeira diminuição que está diretamente relacionada a licença de Maternidade de uma das colaboradoras.

O número médio de empregados do GRACE em 2017 foi seis mantendo assim o número de colaboradores de 2016.

N.º de Colaboradores ao serviço da Associação:

ANO/ MÊS	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	MÉDIA
2017	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
2016	5	6	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6	6

Os elementos da Direção não auferem qualquer remuneração no exercício das suas funções.

20. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de outros rendimentos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é apresentado no quadro seguinte:

Outros rendimentos

	2017	2016
Correcções relatias a periodos anteriores	27	7
Outros	-	56
	27	63

21. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 é apresentado no quadro seguinte:

Detalhe de outros gastos

	2017	2016
Impostos	136	55
Taxas	22	-
Donativos	5 795	16 148
Correcções relativas a periodos anteriores	491	-
Quotizações	3 071	75
Outros	351	315
	9 866	16 593

A rubrica donativos inclui os montantes doados pelo GRACE ao longo do período de 2017 a diversas Instituições, nomeadamente à Universidade Católica Portuguesa do Porto, para a reabilitação de área florestal no Parque Serras do Porto, à SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Flopen - Associaão de Prop. Florestais, entre outros. Os Donativos registados em 2017 tiveram contrapartida direta dos Associados através do pagamento de valores cobrados com fatura e considerado como rendimento (ver nota 16).

22. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos períodos de 2017 e 2016 é como segue:

Juros e outros rendimentos

	2017	2016
Juros obtidos	23	21
	23	**21**

Gastos Financeiros

	2017	2016
Juros suportados	0	51
	0	**51**

23. Imposto do período

Sendo uma associação e tendo como rendimento o recebimento de quotas e donativos, o GRACE não está sujeito a tributação em sede de IRC.

24. Compromissos

O GRACE, à data do balanço dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, não tem compromissos assumidos, que não estejam refletidos no Balanço.

25. Remuneração do Órgão de Fiscalização

No ano de 2017, o GRACE efetuou o pagamento de 1.500,00 € referente aos honorários do fiscal único.

26. Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Lisboa, de 04 de Julho de 2018

O Contabilista Certificado

A Direção

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto nos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora e o parecer à data sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Direção do GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial relativamente ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Através de contactos estabelecidos entres este Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e a Direção do GRACE, informámo-nos acerca da Atividade do GRACE e da Gestão desenvolvida no período.

Procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano, efetuando as análises julgadas convenientes e adequadas. Comprovámos a adequação das políticas contabilísticas, assim como a observância dos Estatutos do GRACE.

O resultado do exercício de 2017 cifrou-se num lucro de 2 192 euros. O ligeiro crescimento de Vendas e Serviços prestados não compensou integralmente o aumento de Fornecimentos e Serviços Externos pelo que se assistiu a uma diminuição expressiva do Resultado Liquido, que tinha atingido 8 607 euros em 2016.

Após o encerramento das contas apreciámos o Relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demostração de alterações de fundos patrimoniais, a Demostração de fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo que, para além de satisfazerem os preceitos legais e estatutários, evidenciam com suficiente detalhe a atividade da Associação durante o exercício de 2017 e mostram claramente a situação patrimonial e financeira da Associação em 31 de Dezembro de 2017.

Tomámos conhecimento da versão preliminar do Relatório de Auditoria (conforme anexo) para a certificação legal das contas a emitir pelo Revisor Oficial de Contas, cujo conteúdo mereceu a nossa aprovação.

Em face do que antecede, somos de parecer que merecem aprovação:

- O Relatório de Gestão da Direção e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

- A proposta apresentada pela Direção, de aplicação do Resultado Liquido de 2017.

Lisboa, 5 de Julho de 2018

O Conselho Fiscal

Nuno Maia Silva
Presidente, em representação da Secil

Inês Mesquita
Vogal, em representação da Unicer

Ana Martines
Vogal, em representação da L'Oreal

KPMG

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial – Associação** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 92.592 euros e um total de fundos patrimoniais de 46.737 euros, incluindo um resultado líquido de 2.192 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suiça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 23 de Julho de 2018

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)

grace